



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

41

2.º	PUBLICADO NO D. O. 93
C	De 22/03/93
C	Rubrica

Processo nº 10.850-001.103/88-18

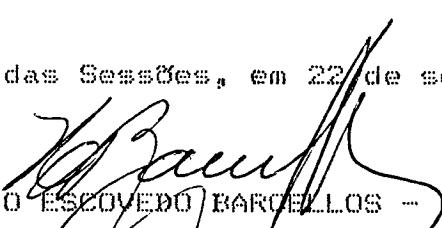
Sessão de : 22 de setembro 1992 ACORDÃO Nº 202-05.280
Recurso nº: 87.979
Recorrente: BEBIDAS POTY LTDA.
Recorrida : DRF EM SÃO JOSE DO RIO PRETO - SP

IPI - Omissão de receitas caracterizadas por falta de registro e escrituração de notas fiscais de compras, por saída de mercadorias sem emissão de notas fiscais, por suprimentos de caixa efetuados por sócios sem prova da efetiva entrega e origem do numerário, e por saldo credor de caixa. Reincidentia não caracterizada. **Recurso provido em parte.**

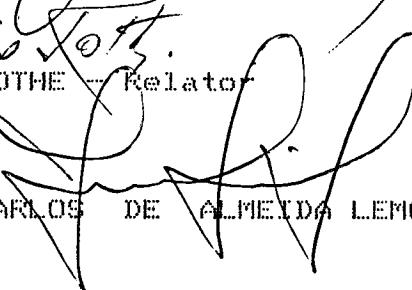
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por BEBIDAS POTY LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para excluir da exigência a parcela indicada no voto do relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro OSCAR LUIS DE MORAIS.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1992.


HELVIO ESCÓVEDO BARCELLOS - Presidente


ELIO ROTHE - Relator


JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE
23 OUT 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros JOSE CABRAL GAROFANO, ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.

CL/OVRS /



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

420

Processo nº 10.850-001.103/88-18

Recurso Nº: 87.979
Acórdão Nº: 202-05.280
Recorrente: BEBIDAS POTY LTDA.

R E L A T O R I O

BEBIDAS POTY LTDA. recorre para este Conselho de Contribuintes da Decisão de fls. 95/98, do Delegado da Receita Federal em São José do Rio Preto, que indeferiu sua impugnação ao Auto de Infração de fls. 18/19.

Em conformidade com o referido Auto de Infração, Termo de Encerramento de Ação Fiscal, demonstrativos, cópias do Auto de Infração de IRPJ e de quadros demonstrativos que acompanham, a ora Recorrente foi intimada ao recolhimento da importância de Cr\$ 15.489,94, a título de Imposto sobre Produtos Industrializados, tendo em vista os fatos assim descritos:

"Tributação reflexa decorrente de fiscalização do Imposto de Renda Pessoa Jurídica levada a efeito junto a empresa acima identificada, consoante se infere do auto de Infração IRPJ (cópia anexa), onde apurou-se omissão de receita operacional no valor de Cr\$ 102.653.413, e em consequência, a falta de lançamento e recolhimento da importância de Cr\$ 15.489,940, a título de IPI, conforme demonstrativo de apuração, anexo."

Considerando que a empresa fabrica vários produtos, com alíquotas diferenciadas, conforme se verifica nos demonstrativos apresentados pela empresa, efetuamos, através dos demonstrativos de cálculo nos 01 e 02, o rateio proporcional da receita omitida entre os diversos produtos, a saber:

- a) refrigerantes;
- b) outros produtos, cuja receita operacional foi agrupada nos demonstrativos da empresa, e onde foi considerado como sendo o produto de maior alíquota, consoante o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 343 do RIPI/82, aprovado pelo Decreto nº 87.981/82;
- c) produtos isentos e mercadorias de revenda, sobre os quais não foi efetuado lançamento sobre a receita omitida proporcional.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº 10.850-001.103/88-18
Acórdão nº 202-05.280

421

ENQUADRAMENTO LEGAL: Artigos 1º, 3º-I, 29-II, 55-I "b", 62, 112-IV, 236-I e 343 parágrafo 2º, todos do RIPI/82, aprovado pelo Decreto nº 87.981/82."

As irregularidades estão assim descritas:

IRREGULARIDADES APURADAS

01. Exercício 1984. Ano-base 1983

Omissão de receita operacional caracterizada por:

— Falta de registro e escrituração de notas fiscais emitidas pela empresa COMERCIO DE AÇUCAR CATANDUVA, conforme apuração do fisco estadual em 26.02.85	3.061.000
— Saída de mercadorias sem emissão de nota fiscal, conforme apuração do fisco estadual através de AIIM	30.743
<hr/>	
TOTAL	3.091.743

OBS: Irregularidades detalhadas no Quadro Demonstrativo nº 01, anexo."

02. Exercício 1985. Ano-base 1984.

Omissão de receita operacional caracterizada por saída de mercadorias sem emissão de notas fiscais, conforme apuração do fisco estadual através de AIIM's, discriminados no Quadro Demonstrativo (00) nº 02

219.672	
<hr/>	
TOTAL	219.672

03. Exercício 1986. Ano-base 1985.

— Omissão de receita operacional caracterizada por suprimento de caixa efetuado pelos sócios, sem prova suficiente da efetiva entrega e origem dos recursos, a saber:
a) Empréstimos à empresa, em 31.01.85 (00 03) 15.000.000
b) Aumento de capital em dinheiro, em 31.05.85 (00 03) 58.300.000
— Omissão de receita operacional caracterizada



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

4

Processo no 10.850-001.103/88-18
Acórdão no 202-05.280

por saldo credor de caixa, nos meses de jan- neiro a abril/85 - QD 03	23.319.232
- Omissão de receita operacional caracterizada por saída de mercadorias, e também por com- pras, desacompanhadas de nota fiscal, confor- me apuração do fisco estadual, através de AIIM's - QD 03 e 04	2.722.756
Total da omissão no ano-base 1985	99.341.988,00

Inconformada com a exigência a Autuada apresentou a Impugnação de fls. 28/32, que leio.

Conforme Termo de Antecedentes Fiscais de fls. 39, a Autuada foi considerada reincidente na prática da infração, seguindo-se Termo de Re-ratificação do Auto de Infração, com abertura de novo prazo para impugnação, que se fez presente aos autos discordando do agravamento, e cujo teor passo a ler (fls. 49/50).

As fls. 57/65, anexa por cópia a decisão singular proferida na exigência de IRPJ, pela improcedência da impugnação.

A decisão de fls. 66/68, do mesmo modo, julgou procedente a ação fiscal, conforme passo a ler, sendo posteriormente anulado o processo a partir da referida decisão, conforme o Acórdão de fls. 77/81 da Primeira Câmara deste Conselho.

Proferida, então, a Decisão Recorrida (fls. 95/98) que leio.

Tempestivamente, a Autuada interpôs recurso a este Conselho no qual pede a improcedência do Auto de Infração e que passo a ler.

As fls. 108/119 (também às fls. 82/94), anexado por cópia o Acórdão no 102/25.605 da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, relativo à exigência de IRPJ sobre os mesmos fatos, que, por unanimidade de votos, cancelou as exigências dos exercícios de 1984 e 1985, por força do disposto no artigo 29, inciso II, do Decreto-Lei no 2.303/86, e excluiu da matéria tributável a importância de Cr\$ 54.340.508,00, no exercício de 1986.

E o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10.850-001.103/88-18
Acórdão no 202-05.280

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ELIO ROTHE

A matéria de fato do Auto de Infração está devidamente apontada no processo, em especial nos documentos de fls. 01/06.

A Autuada, tanto em suas Impugnações (fls. 28/31 e 49/50) como em seus recursos (fls. 73 e 104), não se pronunciou objetivamente sobre o mérito da exigência. Apenas em sua Impugnação de fls. 28/31 se insurge contra o critério adotado pelo fisco para a aplicação da alíquota do imposto incidente sobre os valores tributáveis. No mais faz referências a razões de defesa expandidas em processo de exigência de IRPJ, que chama de matriz, e desconhecidas neste processo, ou, reportar-se às razões de Impugnação de 26.08.88 (fls. 28/31).

O processo é examinado e afinal decidido pelo que nele se contém.

Assim, a invocada preliminar de nulidade do processo, por inoportuno, sob o entendimento de tratar-se de autuação por decorrência de exigência de IRPJ constante de outro auto de infração, não deve ser acolhida por esta instância.

Com efeito, a existência de um lançamento tributário exigindo IRPJ sobre os mesmos fatos que embasam a presente autuação, para cobrança do IPI, em nada inibe o lançamento sob exame.

No caso, a incidência e a exigência do IPI não estão condicionadas a que seja devido o IRPJ, não há disposição legal nesse sentido, nem o IRPJ é base de cálculo para o IPI.

Por outro lado, a omissão de receita, desde que pertinente, é uma situação de fato que pode ser considerada na determinação de qualquer tributo, independentemente de fundamentar exigência de IRPJ, que não tem primazia para sua caracterização.

Assim é que a presente exigência de IPI é totalmente independente do lançamento de IRPJ, apesar de terem base nos mesmos fatos, porém, regidos por fatos geradores e legislações diversas.

Pelas mesmas razões não caberia sobrerestamento do andamento do processo, inclusive porque a exigência de IRPJ já foi objeto de decisão em última instância administrativa, como visto pelo acórdão anexado no processo.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 10.850-001.103/88-18
Acórdão nº 202-05.280

As remissões a decisões administrativas e judicial, colocadas pela Autuada, não são pertinentes.

Rejeito a preliminar.

No mérito, a Recorrente somente carreou para o processo considerações a respeito do critério adotado para o estabelecimento das alíquotas aplicáveis sobre os valores tributáveis.

Conforme o disposto no artigo 343 parágrafos 1º e 2º do RIPI/82, para situações como as do processo, o imposto "será calculado com base nas alíquotas e preços mais elevados, quando não for possível a separação pelos elementos da escrita do estabelecimento".

Esses elementos subsidiários, referidos no "caput" do artigo 343, não foram trazidos ao processo pela Recorrente para justificar seu inconformismo.

Entendo que o critério adotado pelo fisco foi benéfico para a Autuada, porque, a rigor, poderia ter sido utilizada somente a alíquota maior.

As fls. 82/94 e 108/119, foi anexado, por cópia, o Acórdão nº 102-25.605 referente à exigência de IRPJ sobre os mesmos fatos, e, do exame do voto do relator, pelas razões que o fundamentam, relativamente ao item omissão de receitas caracterizada por suprimentos de caixa efetuados pelos sócios para aumento do capital, ano base de 1985, exclui da tributação a parcela de Cr\$ 15.000.000,00.

No que respeita à majoração da multa pela apontada circunstância agravante de reincidência, entendo que a mesma, face ao Processo nº 0850-57757/80 que se encontra em anexo, não está caracterizada.

Com efeito, a omissão de receita verificada conforme o Processo nº 0850-51.757/80 teve por base o resultado de procedimentos para o cálculo da produção conforme disposto no "caput" do artigo 343 do vigente RIPI, enquanto que a omissão apontada no presente processo nada teve a ver com o cálculo da produção, sendo decorrente de outros fatos, como descrito às fls. 01/02, e enquadráveis no parágrafo 2º, do artigo 343, do referido regulamento.

Por isso que a infração praticada é constante do Processo nº 0850/51757/80, com origem em fatos diversos dos do presente processo, é imprestável para caracterizar a reincidência.



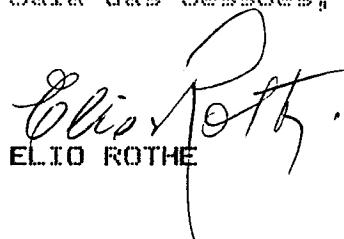
MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 10.850-001.103/88-18
Acórdão nº 202-05.280

No mais, do processo não constam elementos outros capazes de modificar a Decisão Recorrida.

Pelo exposto, dou provimento em parte ao recurso voluntário para excluir da tributação, no ano de 1985, a referida parcela de Cr\$ 15.000.000,00, bem como excluir da exigência a agravante de reincidência.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1992.


ELIO ROTHE